

APRESENTAÇÃO

É com grande alegria e satisfação que apresentamos à comunidade acadêmica mais uma edição da Revista Jurídica do Curso de Direito da Universidade Regional de Blumenau.

Em efeito, neste ano o número de submissões aumentou consideravelmente, especialmente em relação às contribuições externas, fato que representa um indicador de reconhecimento desta Revista como importante veículo de comunicação científica. Mas, ao mesmo tempo, fato que tornou ainda mais árdua a missão de selecionar os textos destinados a compor esta edição da Revista.

Pensando à qualificação da Revista no sistema *Qualis*, nesta edição privilegiamos os artigos de pesquisadores de pós-graduação, que tocam temas de particular relevância no cenário hodierno.

Na trilha das edições anteriores, as contribuições deste número apresentam caráter plural e transitam por diversos segmentos do universo jurídico, mas se situam privilegiadamente no âmbito do Direito Constitucional e da Teoria e Filosofia do Direito, convergindo em temáticas relacionadas à constitucionalização do Direito, os direitos fundamentais, garantismo constitucional, tutela ambiental e democracia.

Nos dez artigos que seguem o leitor encontrará temas de importância atual, e por muitos aspectos controversos, contextualizados no Brasil e no cenário mais vasto do mundo globalizado, tratados com rigor científico e apoiados em sólida bibliografia, nacional e estrangeira.

Esta edição se abre com um artigo que toca um tema central para o Direito, pois funcional à efetividade das normas jurídicas, e particularmente relevante no cenário constitucional brasileiro. Em *Breves reflexões sobre o direito de acesso à tutela jurisdicional como um direito fundamental*, Leonardo Beduschi oferece reflexões oportunas sobre aspectos relacionados com a constitucionalização dos direitos fundamentais e as consequências decorrentes da caracterização do direito de acesso à justiça, ou direito à tutela jurisdicional efetiva e tempestiva, como um direito fundamental.

A Constituição como instrumento de garantias também é objeto de reflexão no segundo artigo, que focaliza a proteção ambiental, relacionando-a com os direitos e garantias fundamentais assegurados na Constituição da República Federativa do Brasil. No artigo *A Constituição brasileira como instrumento de proteção ao direito ambiental*, Ivan Burgonovo também contempla a temática dos chamados “direitos de terceira geração” e apresenta os princípios constitucionais que sustentam o Direito Ambiental como um ramo consolidado da ciência jurídica.

O terceiro artigo permeia a Teoria e Filosofia do Direito, apresentando um olhar original sobre os “Fundamentos da Política Jurídica” teorizados por Osvaldo Ferreira de Melo. A partir dos elementos de percepção jurídica como fato, valor e norma, Mílard Zhaf Alves Lehmkuhl apresenta *Um estudo sobre a obra “fundamentos da política jurídica” de Osvaldo Ferreira de Melo, através dos elementos de percepção jurídica da “teoria tridimensional do direito” de Miguel Reale*. Refletindo sobre aspectos axiológicos, como os critérios de justiça e utilidade social, que estimulam uma nova visão do Direito, “mais ética e legítima”, a autora salienta os reflexos que a tensão entre fatos e valores projeta sobre o Direito, oferecendo subsídios para uma reflexão crítica e criativa sobre a percepção do Direito como técnica de controle e instrumento de transformação social.

A Ditadura militar, a redemocratização e a democracia representativa no Brasil são o foco do ensaio de Daniela de Lima, que tem por objeto a compreensão do processo de redemocratização e suas peculiaridades no cenário nacional, enfatizando o Poder constituído pela ditadura militar e suas consequências, até a reconstitucionalização do País, com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a adoção do modelo de democracia representativa. .

Ainda sobre a democracia, no contexto dos processos de globalização, seus efeitos e riscos, atuais e futuros, uma análise crítica e propositiva se encontra na contribuição de Eliana Maria de Senna do Nascimento. No artigo *Globalização e democracia: a democracia como paradigma de transformação do mundo em globalização*, a autora trata das evoluções, conceituais e históricas, da democracia, suas ambiguidades e ambivalências, e propõe um aprofundamento ou revisão do conceito, para afirmar o exercício democrático como paradigma emancipatório no mundo em globalização.

O artigo de Rodrigo Fernando Novelli se situa no âmbito da Teoria do Direito e trata de um tema significativamente problemático no Direito Constitucional brasileiro: a relação entre regras e princípios. Em *A corporificação do direito: regras e princípios*, o autor questiona as formas com que o direito é posto e coloca em discussão a existência de uma hierarquia entre as formas de corporificação do direito. Analisando os conceitos de regra e de princípio, como bases de interpretação e aplicação do Direito brasileiro, reflete sobre qual seria o mais importante, haveria prevalência da regra sobre o princípio, ou “o princípio fundamenta a regra”?

A constitucionalização do Direito, mais precisamente nas relações contratuais privadas e o papel que este fenômeno exerce na relativização dos princípios da liberdade contratual e obrigatoriedade dos contratos é o objeto da contribuição de Raquel Schöning: *A constitucionalização do direito civil, a normatividade dos princípios constitucionais e a nova principiologia dos contratos*. Neste ensaio, a autora busca justificar a atual sistemática principiológica dos contratos em geral, com vistas a proporcionar reflexões úteis e críticas ao leitor. Os resultados apresentados compartilham a compreensão de que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 inaugura uma nova fase na formação e interpretação dos contratos, por força da normatividade dos princípios constitucionais, que passaram a fundamentar, sob uma nova luz, a estrutura da teoria geral dos contratos.

Um outro tema que gera controvérsias na interpretação sistemática da Constituição da República Federativa do Brasil, é o foco da abordagem proposta por Jorge Stoeberl: *A propriedade como princípio constitucional*. Neste artigo, o autor trata do conceito de princípios constitucionais e da evolução histórica do estatuto da propriedade, destacando sua importância no âmbito constitucional. Segundo o autor, a propriedade é um importante princípio constitucional, que serve de suporte a todo o sistema jurídico da propriedade.

César Augusto Wolff analisa o problema da aplicação dos direitos fundamentais em razão dos limites jurídicos que lhe são impostos. Uma questão contundente na nova ordem constitucional instaurada a partir de 1988, ante a exigência de subordinar estes limites ao mandamento de aplicação imediata, constitucionalmente garantido no §1º art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil. O artigo *Direitos fundamentais e seus limites jurídicos*, divide-se em quatro tópicos: 1. As normas definidoras de direitos Fundamentais; 2. As diversas dimensões

de direitos fundamentais; 3. O mandamento de aplicabilidade imediata; 4. Direitos fundamentais e seus limites jurídicos.

Last but not least, esta edição se encerra com a contribuição de Juliana Zamignan *A interpretação do direito e a fungibilidade da tutela cautelar e antecipada*, que contempla considerações acerca da interpretação e aplicação do Direito e do problema das lacunas existentes na lei, a serem colmadas para alcançar a tutela jurisdicional pretendida. Neste texto, a autora apresenta as características das tutelas de urgência, tutelas de decisões provisórias, focalizando as tutelas cautelar e antecipada. Ao analisar o princípio da fungibilidade, em decorrência ao §7º do artigo 273 do Código de Processo Civil, a autora salienta a divergência doutrinária que deriva da opção privilegiada neste Código, que adotou a fungibilidade entre pedidos, mas não tratou da fungibilidade de procedimento. Assim, a autora oferece subsídios para a compreensão desta temática, complexa e controversa.

Agradecemos aos colaboradores desta edição e desejamos a todos uma ótima leitura.

Prof. Dra. Milena Petters Melo

Coordenadora

Prof. Alejandro Knaesel Arrabal

Editor